

CONHECIMENTO: DESAFIO PARA A DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

KNOWLEDGE: CHALLENGE TO DIVERSIFICATION OF BRAZILIAN EXPORTS

Silvana Schimanski*

RESUMO

As exportações brasileiras de produtos primários aumentaram nos últimos anos embaladas pela demanda e pelo aumento dos preços no mercado internacional. A história nos ensina que produtos primários sofrem oscilações constantes nessas variáveis e que seria estratégico adotar alternativas estratégicas de inserção internacional. O trabalho de abordagem qualitativa baseada em fontes secundárias e com finalidade analítica leva a concluir que políticas para o setor de serviços e conhecimento tradicional são alternativas viáveis uma vez que contribuem para a inclusão de atividades locais na geração de emprego e renda além de valorizar o que o país tem de característico na sua inserção internacional. O grande desafio ainda é o adequado investimento em Educação, divulgação e treinamento das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Comércio. Exportações. Conhecimento.

ABSTRACT

Brazilian exports of primary products increased in recent years due to demand and rising prices in the international market. History demonstrates that commodities suffer constant fluctuations in these variables and it would be interesting adopt strategic alternatives o international insertion. The work of a qualitative approach based on secondary sources and analytical purpose leads to the conclusion that policies to the service sector and traditional knowledge are viable alternatives since they contribute to the inclusion of local activities to generate employment and income. In addition, they value the specificities of the country in his international insertion. The big challenge is still the appropriate investment in education, propagation and training of the people involved.

* Graduada em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí-SC. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre-RS. Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UNB), Brasília-DF. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Keywords: Trade. Exports. Knowledge.

INTRODUÇÃO

O comércio é, em essência, uma das forças capazes de promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar nos países. Entre os defensores do livre comércio, há o entendimento de que essa prática oferece insumos para equilibrar o balanço de pagamentos, a possibilidade de troca de tecnologias e que seus ganhos podem ser utilizados em melhorias das condições sociais, ambientais, de infraestrutura, entre outros.

No debate moderno sobre comércio e desenvolvimento, merece destaque Raúl Prebisch¹. Em seus textos, o autor ensina que a solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas saber extrair do comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores para o desenvolvimento econômico².

Na década de sessenta, autor preocupava-se com a relação de dependência que se estabelecia nas relações comerciais internacionais. Os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo eram dependentes das exportações de produtos primários, cujos preços se depreciavam ao longo das décadas, em virtude da utilização de novas tecnologias e produção em escala³. Por sua vez, os mesmos importavam produtos manufaturados dos países desenvolvidos, cujos preços eram cada vez mais elevados, em virtude da alta tecnologia e das pesquisas realizadas para desenvolvê-los.

Prebisch assim, sugeria que para romper com essa dependência seria necessário uma mudança na estrutura produtiva, tornando-a mais diversificada e complexa, com o fim de incorporar na atividade econômica e social, o conhecimento. A obtenção do desenvolvimento, de uma maneira geral não poderia se dar com a exploração exclusiva de produtos primários, uma vez que os

¹ Economista argentino, que foi um dos mais destacados intelectuais da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

² PREBISH, 2000, p.73.

³ Demonstrou a deterioração do poder de compra da principal fonte de renda dessas economias: os produtos primários, em geral. Do contrário, os bens industrializados, com maior valor agregado, importados dos países mais desenvolvidos, não deixavam de valorizar-se (PREBISCH, 1964).

avanços tecnológicos de conhecimento, abrangem todos os tipos de atividades industriais e cadeias de valor agregado⁴.

Nesse sentido, o presente trabalho discute a primarização da pauta de exportação brasileira na última década, que vem impulsionada pela alta dos preços dos produtos primários no mundo, bem como os poucos esforços no sentido de buscar novos elementos comercializáveis, como alternativas viáveis para gerar ingressos financeiros e um desenvolvimento sustentável para o país.

A idéia central é que mesmo com os preços dos produtos primários em alta, o Brasil deveria atentar para a criação de alternativas ao modelo agroexportador. Entende-se que o país não está cuidando devidamente de áreas que podem representar ganhos para o país, a médio e longo prazo, como é o caso do setor de serviços e o rico conhecimento tradicional que o vasto território possui.

Assim, na primeira parte do trabalho, é realizada uma breve abordagem das características das exportações brasileiras. Na segunda parte, são apresentados os elementos considerados ainda desafiadores para a inserção internacional do país: o setor de serviços e a administração do conhecimento tradicional.

1 A PRIMARIZAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

É necessário um breve olhar sobre as estatísticas do comércio exterior brasileiro do ano de 2011 para compreender a situação do país no contexto internacional. No ano, registrou-se corrente de comércio (soma em valores das exportações e importações) recorde: US\$ 482,3 bilhões. As exportações encerraram o período com valor de US\$ 256,0 bilhões e as importações de US\$ 226,2 bilhões⁵. Tais números acenam para a recuperação do comércio do país no período pós crise financeira do ano de 2008 e um saldo positivo na Balança Comercial.

Estados Unidos, China e Argentina são respectivamente os três principais fornecedores, com 37% de tudo que é comprado pelo país. Os mesmos países, são os principais compradores de mercadorias brasileiras, com 36,3% de

⁴ FERRER, 2010.

⁵ BRASIL, 2012.

tudo o que é vendido, havendo apenas uma inversão para a China como principal comprador, seguido dos Estados Unidos e Argentina⁶.

Os Bens de Capitais e Bens Intermediários representam mais da metade da pauta importadora. Já nas exportações, os produtos básicos alcançaram 47,8% do total de produtos exportados (BRASIL, 2012). Um dos grandes desafios das relações comerciais internacionais é manter em valores, o equilíbrio entre o que se exporta e o que se importa e pelo que aponta o resultado da Balança Comercial, que é positiva em US\$ 29,8 bilhões isso está ocorrendo e representa um desafio às premissas de Prebish.

A Figura 1 apresenta o Gráfico das exportações brasileiras, por fator agregado, considerando a participação dos produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados no volume total das exportações da década de 1960 até 2010. É possível observar que os produtos básicos sofreram um declínio como principais elementos da pauta de exportações até o ano 2000. Os semimanufaturados não tem sofrido grandes variações ao longo das décadas. Ao contrário dos produtos manufaturados, que viveram o período áureo de crescimento e participação na pauta até os anos 1980, mantiveram-se relativamente no mesmo patamar até o ano 2000, quando, começa a ocorrer um considerável declínio da sua participação nas exportações.

⁶ Idem. Ibid.

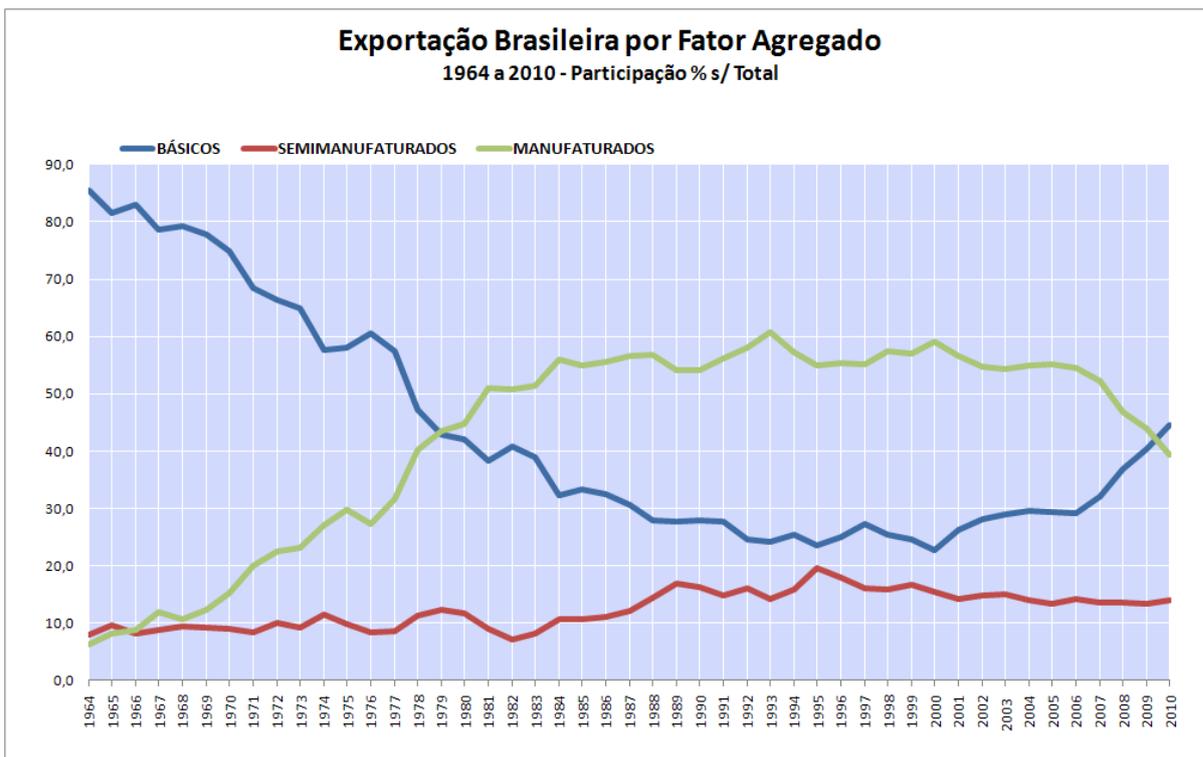


Figura 1: Exportação Brasileira por Fator Agregado.
Fonte: BRASIL (2011a).

Essa situação preocupa, pois estratégico para um país com proporções continentais como o Brasil, seria justamente buscar a aproximação de parceiros que favorecessem a ascensão tanto a curva dos produtos básicos quanto a dos manufaturados, além de prover as outras formas de inserção rentáveis, baseadas na vocação local: serviços, conhecimento tradicional baseado na biodiversidade local, etc.

Considera-se que a industrialização é o processo socioeconômico que visa transformar uma área da sociedade em fonte de maior riqueza e lucro. Isso se dá por meio da pesquisa e novas tecnologias, implantação de máquinas em processos produtivos que substituem a força humana, aumentando a produtividade e a escala que promove a diminuição dos preços. A ênfase está em agregar valor ao que se produz, já que tem estreita relação com a saúde econômica, tanto da sociedade quanto do país.

Nesse sentido, preocupa observar as estatísticas comerciais que apontam uma tendência à primarização das exportações brasileiras, ou seja, o aumento da participação dos produtos primários ou com baixo grau de

industrialização. Uns diriam que não é uma situação preocupante, pois se trata de uma tendência mundial, impulsionada por países como a China e Índia, que estão em processo acelerado de urbanização e ao mesmo tempo, não são capazes de produzir todos os alimentos e energia que consomem nesse processo⁷. Ambos tem contribuído para o aumento dos preços internacionais dos produtos primários e para o crescimento da participação destes produtos no comércio mundial.

Vale destacar o estudo realizado por Negri e Alvarenga⁸ que conclui que essa é uma tendência mundial, porém fazem uma ressalva sobre a situação brasileira. Sua pesquisa sobre a participação dos produtos de diferentes intensidades tecnológicas nas exportações mundiais (2000-2009) aponta para o gradual incremento da participação de produtos primários e um leve declínio dos bens de alta intensidade tecnológica. Os produtos primários no ano 2000 participavam com 11,6% e os produtos com alta intensidade tecnológica com 30,4%. Em 2009, os primários representavam a maior escala do período, com 13,4%, enquanto os de alta intensidade, 28,8%.

Mas, para os pesquisadores esse aumento de participação dos produtos primários no mercado mundial não foi tão intenso quanto o que está acontecendo na pauta de exportações brasileira. Desde os anos 1990 sua participação nas exportações brasileiras oscila ao redor de 40%. Porém entre 2007 e 2010, esta participação alcançou 51%.

Esse movimento de primarização da pauta de exportações brasileiras se acentuou com a crise econômica internacional e com o fato de que a China continuou crescendo, cerca de 80%. O Brasil aumentou seu nível de exportações de minérios (principalmente de ferro) em relação a 2009 e este produto foi o principal responsável pelos 51% do total de exportações de produtos primários em 2010⁹.

Entre 2006 e 2009 o Brasil perdeu fatias de mercado mundial em todos os grupos de produtos, exceto *commodities* e petróleo. Ou seja, nos últimos

⁷ Buscar a entrevista da Secretaria de Comércio Exterior, Tatiana Lacerda Prazeres, para o Programa Agenda Econômica da TV Senado. Exibido em 16/09/2011 e Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/TV/programaListaPadrao.asp?ind_click=6&txt_titulo_menu=AgendaEconômica&IND_ACESSO=S&IND_PROGRAMA=S&COD_PROGRAMA=6&COD_VIDEO=115903&ORDEM=0&QUERY=&pagina=2>.

⁸ NEGRI. ALVARENGA, 2011

⁹ NEGRI; ALVARENGA, 2011.

três anos, a primarização da pauta de comércio do país não é apenas resultado do bom desempenho das exportações brasileiras de *commodities*, mas também reflete a perda de competitividade do país no comércio internacional em todos os outros grupos de produtos especialmente os mais intensivos de tecnologia¹⁰.

Em 2000, o Brasil respondia por 0,88% do comércio mundial de bens e chegou a 2010 com uma participação de 1,3%¹¹. Apesar disso, observa-se que o aumento esteve concentrado nas *commodities* enquanto perdeu mercados em industrializados de baixa, média e alta intensidade tecnológica, movimentos os quais merecem atenção¹².

Apesar de Negri e Alvarenga não concordarem com a tese da desindustrialização, há sim o risco do deslocamento produtivo para áreas com crescimento da demanda e rentabilidade e isso tem impactos sobre as decisões de investimento na economia brasileira. Embora as exportações de *commodities* tenham desempenhado um papel importante na sustentação do saldo comercial recentemente, os efeitos da primarização da pauta de exportações podem acarretar efeitos danosos para a estrutura produtiva montada, no longo prazo.

De acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹³ a indústria brasileira iniciou o ano de 2011 em ritmo moderado e com os níveis de atividade abaixo do usual. Tal ritmo repercute negativamente nas condições financeiras das empresas, sobretudo as de menor porte.

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁴, o aumento dos preços nos mercados de *commodities* tem sido o principal responsável pelo bom desempenho da Balança Comercial. Negri e Alvarenga apontam que os fatores que conduziram ao ciclo de valorização das *commodities* podem se sustentar por um tempo ainda relativamente longo uma vez que este ciclo está associado com

¹⁰ BRASIL, 2011b.

¹¹ BRASIL, 2012.

¹² "Quaisquer que sejam as causas para a primarização da pauta, o fato é que esse tipo de inserção comercial e seu aprofundamento no período recente certamente trazem preocupações para o desempenho futuro da economia brasileira. Ao observá-la, alguns economistas tem falado em uma suposta *desindustrialização*. Parece prematuro, todavia defender a tese da desindustrialização em um cenário de crescimento econômico que é duradouro quando comparado com a história recente do país, e que só foi brevemente interrompido em 2009, em virtude da crise. Ao que tudo indica, o crescimento da demanda doméstica tem sustentado, até o momento, o aumento da produção industrial do país, mesmo em face da perda de *market share* internacional em produtos de maior valor agregado" (NEGRI; ALVARENGA. p. 11)

¹³ CNI, 2011.

¹⁴ IPEA, 2011.

o desequilíbrio na oferta mundial de alimentos que tende a se manter nos próximos anos. Além disso, a China, o maior parceiro comercial do Brasil, ainda tem um longo processo de urbanização pela frente¹⁵.

Tal realidade preocupa porque o país que não produz tecnologia de forma competitiva, também não poderá exportar tecnologia. Por isso, políticas de inovação são fundamentais para agregar valor à estrutura produtiva. Negri e Alvarenga¹⁶ apontam que é necessário fazer apostas ousadas na produção de conhecimento e de inovações na economia brasileira, estimulando setores e/ou tecnologias nas quais o país teria condições de se tornar um ator relevante. Acredita-se que, acima de tudo, é preciso que as políticas sejam capazes de fomentar novos setores, novas atividades e novos negócios.

2 A BUSCA PELA DIVERSIFICAÇÃO

O mercado consumidor é ávido por novidades e a subjetividade é um elemento importante e deve ser explorado, como o desejo de adquirir algo que faz bem à natureza, a exclusividade no acesso a algo produzido com base no conhecimento específico de uma tribo distante, o atendimento personalizado, etc.

Richard D'Aveni defende que as novas idéias são geradas pela mistura de experiências, culturas e conhecimentos, portanto o produto ou serviço depende da visão para apreender o que cada local, cada cultura e cada especificidade tem a oferecer¹⁷. Nesse contexto, acredita-se que o Brasil poderia investir no desenvolvimento de áreas como Serviços e Conhecimento Tradicional.

2.1 Serviços

Este é um setor bastante favorável, pois custa menos a criação de um emprego em serviços do que na indústria, por exemplo. Além disso, enquanto a indústria tende a automação, reduzindo a participação humana, o setor de serviços não consegue facilmente prescindir o elemento humano, sua inteligência e conhecimento: agências de propaganda, escolas, consultorias, clínicas médicas são

¹⁵ NEGRI; ALVARENGA, 2011.

¹⁶ Idem. Ibid.

¹⁷ D'AVENI, 2010.

fortemente dependentes das pessoas que ali trabalham. Os serviços representam uma importante atividade econômica e estes podem ser comercializados internacionalmente, caracterizando o comércio internacional de serviços, que é definido como “[...] movimento transfronteira de invisíveis ou de pessoas que os executam, sem envolver mercadorias”¹⁸.

A transformação dos serviços em algo comercializável consiste em agregar diferencial para a customização e diferenciação: e as pessoas são essenciais nesses processos, bem como sua formação e por isso representam um desafio para o Brasil.

Por meio da publicação Panorama do Comércio Internacional de Serviços¹⁹ a Secretaria de Comércio e Serviços, divulga o desempenho do setor. Verifica-se que o país está na 31ª posição nas exportações mundiais de serviços e os principais fornecedores mundiais são: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e China.

O Saldo Comercial do Setor de Serviços no Brasil ainda é negativo, apontando que a dependência de prestadores de serviços internacionais tem sido significativamente maior que nossas prestações de serviços para o exterior. As exportações brasileiras de serviços são fortemente concentradas o que evidencia outro desafio: a necessidade de diversificação de parceiros. Os EUA importam 42,1% e os outros 57,9% estão pulverizados entre diversos importadores, dos quais os mais significativos são países da União Européia (31,2%)²⁰.

Por meio dos saldos da conta de Serviços, é possível verificar que o Brasil tem acumulado gastos consideráveis especialmente com aluguéis de equipamentos, viagens, serviços de transportes, computação, Royalties e Licenças²¹.

Os desafios para o Brasil nesse contexto seriam: em primeiro lugar, investir na formação humana e capacitação técnica, (uma vez que serviços empresariais, profissionais e técnicos dependem de Engenheiros, Arquitetos, Profissionais Liberais, Publicidade, Atletas, Projetos, etc). Em segundo lugar, diversificar os seus parceiros comerciais, por meio de parcerias verdadeiramente

¹⁸ MERCADANTE, 2000, p. 106.

¹⁹ BRASIL, 2012b.

²⁰ Idem. Ibid.

²¹ Idem. Ibid.

estratégicas. Em terceiro lugar, estimular, por meio de políticas, empresas de todos os portes e pessoas físicas a comercializarem internacionalmente os seus serviços e por último, mas não menos importante, prospectar internamente novas fontes de recursos de Royalties e Licenças, como aquelas oriundas do conhecimento tradicional.

Uma recente iniciativa que pode ser citada como exemplo, nesse sentido, é a adotada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que simplificou os procedimentos para Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), (que simplifica o cadastro dos trabalhadores e permite a emissão da Carteira Nacional do Artesão e da Carteira Nacional do Trabalhador Manual) e está realizando diversas atividades como o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com vistas a consolidar o artesanato brasileiro como setor econômico de desenvolvimento das comunidades, a partir da consideração de que a atividade é disseminada em todo território nacional, possuindo variações e características peculiares conforme o ambiente e a cultura regional²².

Esse tipo de iniciativa contribui para a inclusão de atividades locais na geração de emprego e renda além de valorizar o que o país tem de característico na sua inserção internacional.

2.2 Conhecimento tradicional

Conhecimento tradicional consiste na informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local²³, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético²⁴.

Para Antonio Silveira Santos o "conhecimento tradicional" constitui-se de práticas, conhecimentos empíricos e costumes passados de pais para filhos e crenças das comunidades tradicionais que vivem em contato direto com a natureza; ou seja, é o resultado de um processo cumulativo, informal e de longo tempo de

²² BRASIL, 2011c.

²³ São os pescadores artesanais, os seringueiros, a comunidade quilombola formada pelos negros e índios remanescentes de quilombos, a população ribeirinha, entre outras.

²⁴ Art. 7º, II, da Medida Provisória 2186-16/2001.

formação. Constitui-se, assim, patrimônio comum do grupo social e tem caráter difuso, pois não pertence a este ou aquele indivíduo mas a toda comunidade²⁵.

O Brasil é especialmente favorecido com tais conhecimentos, dada a sua extensão territorial, biodiversidade e multiplicidade étnica. Historicamente, o uso dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais têm sido apropriados de forma injusta, muitas vezes agravada pelo uso das patentes. A isso se dá o nome de Biopirataria²⁶. Ao longo dos séculos, inúmeros são os exemplos: no século XVI, o uso das propriedades corantes do Pau Brasil na Europa; no século XIX, o envio de mudas de seringueira para a Ásia determinando a ruína econômica da cultura no norte do país; e recentemente, o uso do veneno da jararaca como base para um dos fármacos anti-hipertensivos mais comercializados no país, com faturamento anual de milhões de dólares²⁷.

O combate à biopirataria, nesse contexto, é mais um desafio que o Brasil deve enfrentar como uma estratégia para seu comércio exterior, tendo em vista que podem representar ganhos financeiros e acima de tudo, preservação. Ela representa um claro exemplo de como os recursos de países em desenvolvimento podem ser acessados sem consentimento e transformados em direitos proprietários de fortes grupos econômicos, os quais passam a vendê-los aos próprios detentores originais desses materiais biológicos.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), de 1992, prevê o acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional, repartição de benefícios, transferência de tecnologias para sua conservação e utilização. Em linhas gerais, propõe regras para assegurar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e a justa repartição dos benefícios provenientes do uso econômico dos recursos genéticos.

Importante sublinhar que a referida Convenção, em seu preâmbulo reconhece a “estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais”. Estabelece também em seu artigo 8, “j”, que “os países signatários devem preservar o conhecimento e práticas das comunidades locais e encorajar a repartição dos

²⁵ SANTOS, 2011.

²⁶ O termo "biopirataria" não existe juridicamente; fala-se, na verdade, em "acesso não autorizado a recursos genéticos presentes na biodiversidade e a conhecimentos tradicionais associados".

²⁷ BRASIL, 2011c.

benefícios oriundos da aplicação destes conhecimentos". As críticas à Convenção são que ela notadamente privilegia os aspectos econômicos em detrimento da proteção.

O Brasil instituiu um órgão governamental, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), responsável por autorizar e dar anuência ao Contrato de Repartição de benefícios que se estabelece entre a comunidade e empresas interessadas. E uma Legislação nacional²⁸ para regular o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, bem como a repartição dos benefícios derivados do seu uso.

Por meio da Legislação, resguardou-se para o detentor do conhecimento tradicional, o direito de decidir sobre o acesso de terceiros à informação e de participar da repartição dos benefícios derivados de sua utilização, além de se regular a transferência de conhecimentos a respeito do patrimônio genético brasileiro. O sistema estabelece que atividades com potencial comercial, dependem de autorização como para os casos pesquisa científica e bioprospecção. No caso da bioprospecção, exige-se um Contrato de repartição de benefícios.

Segundo divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente²⁹, os benefícios monetários ou não, são negociados diretamente com os proprietários das áreas (públicas ou privadas) onde se encontram os recursos genéticos ou com as comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais associados. Enzo Roppo³⁰ critica:

[...] a MP que disciplinou o acesso ao conhecimento tradicional, transformou a comunidade em Sujeito de Direito, o conhecimento tradicional associado à biodiversidade em mercadoria, negociado mediante contrato de repartição de benefícios. Tais processos encontram-se de acordo com as exigências da expansão do capital, que centra a sua ação estratégica na eliminação de todo e qualquer obstáculo que possa se opor à livre e segura circulação dos bens.

Em verdade, esse direito, no seu aspecto prático, visa precipuamente a evitar a exploração das tradições das comunidades, sem que lhes reverta qualquer benefício; tutelando-se o uso deste conhecimento. Mas a verdade, é que a exploração muitas vezes continua ocorrendo por outras vias, já que os

²⁸ Medida Provisória 2.186-16, de 23 de Agosto de 2001.

²⁹ BRASIL, 2011c.

³⁰ ROPPO, 1988, p.29-31.

grupos sociais detentores desse conhecimento são presas fáceis aos interesses das grandes indústrias. As demoradas discussões para a regulamentação doméstica e internacional³¹ sobre aspectos relacionados ao conhecimento tradicional favorecem as grandes indústrias que se utilizam de diferentes estratégias para a compra do conhecimento tradicional.

Neto e Dantas³² observam que os investimentos das indústrias tem se dirigido no sentido de compor um “estoque de conhecimentos tradicionais” para utilização posterior e criticam o tratamento da questão como um negócio.

Afora as posturas idealistas e críticas sobre o fato de transformar a natureza em mercadoria, a grande preocupação está em repartir esses benefícios de forma justa, com aquelas populações e de orientá-las que seu conhecimento tem valor incomensurável. Os ideais de preservação e conservação do meio ambiente que compõe as campanhas publicitárias das empresas que vendem os produtos, cujas origens remontam ao conhecimento tradicional, transformam-se em excelentes recursos a serem incorporados à marca. Esses lucros sequer são objeto de negociação dos contratos de repartição dos benefícios, mesmo que esse rendimento resulte do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade³³.

Segundo dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente³⁴, mesmo após duas décadas da CDB, a situação ainda pouco se alterou. Uma análise sobre patentes concedidas a produtos ou processos elaborados a partir de espécies de plantas brasileiras revela a dimensão desta problemática, já que em nenhum destes casos houve solicitação de acesso para o uso destes recursos genéticos, conforme demonstra a Tabela 1, cujos países usuários são, Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Suíça, Polônia, Países Baixos e Áustria.

Espécie	No. De Patentes após a CDB
Unha de Gato	26
Copaíba	09

³¹ Um dos conflitos entre a CDB e o tratado internacional *Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS)* é que, enquanto a CDB, estabelece princípios de repartição justa e equitativa dos benefícios, valorização dos conhecimentos tradicionais entre outros, o sistema de patentes do TRIPS protege, assegura monopólio e propriedade àquele que detém e desenvolve novas tecnologias e produtos, inclusive os oriundos da biodiversidade acessada por meio de conhecimento tradicional.

³² NETO; DANTAS. 2010, p. 4519.

³³ Idem. Ibid. p. 4331.

³⁴ BRASIL, 2011c.

Jaborandi	22
Andiroba	6

Tabela 1: Patentes concedidas a produtos ou processos elaborados a partir de espécies de plantas brasileiras sem solicitação de Licença
Fonte: BRASIL, (2011c).

Há que atentar para essa área e proteger o conhecimento tradicional do povo brasileiro, uma vez que os mesmos têm sido utilizados e pesquisados como uma via rápida de se alcançar resultados para a indústria. Coloca Argemiro Procópio³⁵ que “[...] preconceitos e ausência de erudição ensinam ser inútil receber lições do povo. Camadas e camadas de verniz cultural e pouco conteúdo relegam ao esquecimento línguas ouvidas na fronteira brasileira, como o guarani, o aimará e o quíchua”. Particularmente, é possível contribuir com o Professor e afirmar que além das línguas, ao conhecimento tradicional por muito foi guardado o rótulo de credence e agora vale correr atrás do prejuízo e tentar resgatar o que ainda resta desse “produto” tão precioso que guarda o povo do país: o conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já que o comércio é uma das vias para atrair recursos para o desenvolvimento econômico, o ideal seria que estratégias de diversificação das exportações fossem pensadas de forma a incrementá-lo usufruindo o que se tem em abundância e que melhores resultados gerassem, especialmente no médio e longo prazo.

Se o interesse é pensar a curto prazo e manter a Balança Comercial com saldo positivo, a estratégia das exportações de produtos primários é adequada, pois está aproveitando a recente onda de aumentos dos preços internacionais. Mas a médio e longo prazo não se pode afirmar, uma vez que os preços dessa categoria de produtos variam muito no cenário internacional.

Se o interesse é ampliar as possibilidades de inserção internacional do país, valorizando aspectos que permitam maior inclusão social e as características únicas do seu povo, é chegada a hora de estabelecer mecanismos que estimulem a expansão do conhecimento para estimular o setor de serviços e por sua vez, proteger o conhecimento tradicional.

³⁵ PROCÓPIO, 2011, p. 32.

Não há apenas como pensar que as parcerias externas serão a solução para as dificuldades comerciais se o país não realizar um investimento massivo em educação e pesquisa, pois a inserção comercial madura requer identificação de vantagens, peculiaridades e a inclusão de elementos subjetivos nos produtos finais.

Operadores de Direito do país tem muito a contribuir com a defesa e divulgação das práticas adotadas pelas Convenções mencionadas. Os contratos e formas de prestações de serviços internacionais, os processos de negociação e acesso a conhecimentos tradicionais devem ser realizados por profissionais éticos e críticos.

O desafio para o país é estabelecer mecanismos de inserção internacional que permitam ao país vender de uma maneira equilibrada e sustentável, o que tem de melhor e não priorizar aquelas relações que perpetuam a lógica do país “celeiro do mundo”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.** Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior. **Departamento de Desenvolvimento e Planejamento do Comércio Exterior** (Depla). 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior. **Anuário Estatístico 2011.** Brasília: Maio, 2011b.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Acesso e repartição de benefícios no Brasil: Brasil, um país megadiverso e sociodiverso**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao.publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=222>>, acesso em 10 de Junho 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). **Balança Comercial Brasileira: dados consolidados**. 2011. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571#Português>>, acesso em 20 de Março de 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Serviços. **Panorama do Comércio Internacional de Serviços 2010**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=4&menu=1793>>, acesso em 20 de Março de 2012b.

_____. **MDIC simplifica cadastro unificado de artesão e mapeia atividade no Brasil**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/noticia.php?area=4¬icia=11384>>, acesso em 20 de Março de 2012c.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Atividade Industrial Abaixo do usual em 2011. IN: **Sondagem Industrial**. Brasília: CNI. Ano 14. N. 3. Março de 2011.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=222&idConteudo=9062&idMenu=9816>> , acesso em 10 de Junho de 2011.

D'AVENI, Richard. **Beating the commodity trap: how to maximize your competitive position and increase your pricing power**. Boston; Massachussets: Harvard Business Press, 2010.

FERRER, Aldo. **Raúl Prebisch y el dilema del desarrollo en el mundo global.** Revista Cepal 101. Agosto, 2010.

IPEA. Conjuntura em Foco. **Política Monetária e a Evolução da Inflação no Brasil.** Ano 3. Maio de 2011.

MERCADANTE, Araminta de Azevedo. Comércio de Serviços. In: BARRAL, Welber (Org.). **O Brasil e a OMC: os interesses brasileiros e as futuras negociações multilaterais.** Florianópolis: Diploma Legal, 2000. Cap. 5, p. 105-131.

NEGRI, Fernanda de. ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. IN: **RADAR: tecnologia, produção e comércio exterior.** n 13. Brasília: IPEA, 2011. p. 7-15.

NETO, Joaquim Shiraishi. DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. **A “commoditização” do conhecimento tradicional: notas sobre o processo de regulamentação jurídica.** 200?. Disponível em: <www.conpedi.org.br/manaus/.../fernando_antonio_de_carvalho_dantas.pdf>. Acesso em 15 de Junho de 2011.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais.** IN: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PROCÓPIO, Argemiro. **Diplomacia e Desigualdade.** 2ª. Ed. Curitiba: Juruá, 2011.

ROPPO, Enzo. **O contrato.** Coimbra: Almedina, 1988.

SANTOS, Antonio Silveira R. **Biodiversidade, Bioprospecção, Conhecimento tradicional e o futuro da vida.** Disponível em:

< <http://www.ccuec.unicamp.br/revista/infotec/artigos/silveira.html> > , acesso em 02 de Julho de 2011.